

SÚMULA DA 212ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO

21/11/2013	Horário: 13h30min	Folha: 01 de 02 .
------------	-------------------	-------------------

Participantes	Sim	Não	Assinatura
MAURÍCIO GARIBA JÚNIOR	X		
CLÁUDIA REGINA SILVEIRA		X	Férias – Substituída pelo Servidor Luiz Antônio da R. Andrade
ALOÍSIO SILVA JÚNIOR	X		
JOSÉ DE PINHO ALVES NETO	X		
SÔNIA MARIA DE ALMEIDA		X	Substituída pelo conselheiro suplente Prof. Gabriel Seroa da Mota
LUIZ FERNANDO SEGALIN DE ANDRADE	X		
JOSÉ ROQUE DAMASCO NETO		X	Substituído pelo conselheiro suplente Cláudio Luiz Ebert
DOUGLAS DENI ALVES		X	Falta justificada
EDERSON DANTAS DE ALMEIDA		X	Falta justificada
CAROLINE MAES	X		
AMANDA ZUFFO N. DOS SANTOS		X	Falta Injustificada
GUILHERME LOHN		X	Falta Injustificada
GUILHERME TEICHMANN STUMPF		X	Falta Injustificada
RAIMUNDO ZUMBLICK		X	Falta Injustificada
ZILDA DE FAVERI VICENTE SOUZA		X	Substituída por Letícia Schneider Ferreira

Pauta da Reunião

- Ponto 1 - Aprovação da súmula da 211ª e da pauta da 212ª, Reuniões Ordinárias;
 Ponto 2 – Reestruturação do PPC – Especialização em Desenvolvimento de Produtos Eletrônicos;
 Ponto 3 – Instrução Normativa/Resolução do Plágio;
 Ponto 4 – Remoção de Servidor;
 Ponto 5 – Edital de Participação de discentes em eventos;
 Ponto 6 – Resposta da PROEN – Calendário Acadêmico 2014;
 Ponto 7 – Obras e Reformas;
 Ponto 8 – Proposta de readequação de FGs

Resumo das discussões

OBS: A Assessora de Gabinete de Direção Sra. Zilda de Faveri Vicente Souza foi substituída pela Técnica em Assuntos Educacionais Letícia Schneider Ferreira na função

de compilar as informações, discussões e encaminhamentos tomados pelo Colegiado no intuito de constituir a presente súmula. Participou da reunião para a apresentação do Ponto 2 o Professor André Luis Dalcastagné. A Professora Sônia foi substituída pelo Professor Gabriel Seroa e o Professor Cláudio L. Ebert substituiu o Professor José Roque.

Ponto 1: Aprovação da súmula da 211ª e da pauta da 212ª, Reuniões Ordinárias:

O Professor Maurício Gariba Jr. iniciou a reunião saudando a todos os presentes e leu a pauta proposta. O Professor Gariba questionou sobre a aprovação da súmula da 211ª reunião do Colegiado e da pauta da reunião da 212ª. Gariba pediu permissão para alterar a ordem da pauta a fim de que Aloisio apresentasse o ponto 8 (oito) antes do ponto 2 (dois), uma vez que ele precisaria se retirar devido a um compromisso relativo ao encaminhamento de empenhos que estava sendo realizado neste período. Todos consentiram com esta mudança. Em relação à súmula, a servidora Caroline sugeriu que as linhas fossem numeradas e a servidora Letícia comprometeu-se em verificar essa possibilidade. Tanto a súmula quanto a pauta foram aprovadas por unanimidade.

Ponto 8 – Proposta de readequação de FGs:

Prof. Gariba realizou uma contextualização do tema, afirmando que, com a criação pelo governo das FCCs, todos os coordenadores de curso (exceto de Especialização) passam a receber esta FCC, porém estão sobrando algumas FGs. No Colégio de Dirigentes ficou decidido que cada câmpus estabelecerá critérios para sua alocação. Essa questão relativa às FGs será rediscutida no ano que vem, quando o próprio instituto rediscutirá seu Estatuto. A proposta é que os critérios a serem apresentados sejam analisados e aprovados e seja formada uma comissão que receberá os projetos e estabelecerá a realocação das FGs. A ideia é melhorar o organograma institucional referente às FGs. Alguns locais de alocação de FGs foram decididos pelo Colégio de Dirigentes: Assim, uma FG1 tem que estar direcionada ao Registro Acadêmico, as Assessorias também têm que ter FG1 e FG2 e a CGP também deverá ter FG1, mas em verdade o Câmpus já tem. Aloisio evidenciou que é necessário salientar o efeito legal e estratégico da alocação das FGs para a administração e que esta distribuição deve ser feita o mais rápido possível. Aloisio passou então a ler a apresentação em Power Point, afirmando que “A designação de FG é o ato de investidura de servidor público efetivo por meio de designação para função gratificada retribuída com gratificação”. Explicou que este ato pode ser realizado para servidor do interior da instituição e até 10% (dez por cento) para servidores de instituições externas. Prosseguiu a leitura: “As funções gratificadas de um ente público fazem parte da composição organizacional geralmente delimitada por um estatuto e um regimento interno”. Reforçou que toda FG deve ter sua alocação atrelada à estrutura organizacional da instituição como um todo. Lembrou que haverá modificações com a alteração futura do regimento geral. As FGs também seriam importantes para compor a estrutura hierárquica, estratégica e tática do Instituto. Leu “as finalidades das FGs: são consideradas componentes de estruturas hierárquicas que visam a ajudar na condução tática e estratégica da administração de um ente público”. Aloisio informou que houve uma discussão acirrada no CODIR, a proposta era

congelar as FGs, haveria transtornos, pois os câmpus menores não possuem quantitativo para essas FGs e criaria dificuldades de planejamento estratégico para os câmpus, em especial para o Câmpus Florianópolis. Leu as determinações do CODIR: “FG1 para o Registro Acadêmico Geral, FG1 para a Gestão de Pessoas e FG1 Assessorias de Gabinete. Como determinação do Câmpus, FG2 para Coordenação dos Cursos Integrados”. Com a disponibilidade de FCC e sobre as Fgs, não se tem condições de atender, assessoria, como por exemplo, a assessoria de Relações Externas, que hoje é FG4. Não foram contemplados os coordenadores de cursos integrados e deveriam ser. Leu a proposta: “Proposta referente ao remanejamento das FGs no Câmpus Florianópolis: Criação de critérios para a implementação das FGs que foram substituídas por FCCs no Câmpus Florianópolis, critérios que devem evidenciar os aspectos estratégicos, a visão da Administração como um todo e priorizar o atendimento a toda comunidade do IFSC - Câmpus Florianópolis; (Fato a ser efetuado no Conselho de Gestão do Câmpus); Mediante critérios estabelecidos pelo Conselho de Gestão, a Direção do Câmpus fará a alocação das FGs nos determinados setoriais em que se enquadrariam e apresentará proposta para o Colegiado do Câmpus para apreciação e análise final.” A administração tinha apresentado um projeto fechado para a melhoria de algumas coordenações e FGs para sanar alguns problemas e o Conselho de Gestão rejeitou a proposta. Desde 2011 o Conselho de Gestão e o Colegiado trabalham com critérios na distribuição de servidores e neste momento não seria diferente. Sugeriu que fosse formada uma comissão mista, com pessoas do Colegiado e da CGP, pois é preciso avaliar a necessidade de coordenações que solicitaram melhorias de FGs ou alocação de FGs, pontuando conforme critérios e a visão da administração. Aloisio expôs que atualmente o Câmpus Florianópolis tem como característica a departamentalização. Leu o conceito: “é a criação de frações organizacionais. Decisões sem base técnica, sem os fundamentos da teoria da administração, sem embasamento consolidado sob critérios estratégicos, certamente nos trarão impactos negativos futuramente.” Aloisio lembrou que todos devem identificar a administração como um todo, ressaltando que existem questões estratégicas dentro da Direção Geral e dentro dos Departamentos. As decisões tomadas dentro dos Colegiados e do Conselho de Gestão – que apesar de ser consultivo toma muitas decisões – auxiliam significativamente na administração. Quando a visão do todo é esquecida, as coisas não fluem. As decisões tomadas nestes espaços citados são importantes para justificar alguma questão perante uma auditoria da CGU, é possível mostrar que esta decisão passou pelo Conselho de Gestão, podendo-se mostrar a Ata. Disse ser essencial que nos apropriemos do todo, que os Departamentos não se tornem uma ilha no interior da instituição. Apresentou a proposta de critérios, que estava descrita minuciosamente na apresentação do power point. Leu uma frase de encerramento da apresentação e mostrou-se disponível para questionamentos. Deste modo, o Professor Gariba abriu a palavra para os demais membros. A servidora Caroline questionou o que ocorreria em caso de empate e Aloisio respondeu que nestes casos a questão seria decidida pelo Colegiado. A servidora perguntou também se a FG iria para o setor ou para o responsável pelo setor. Aloisio afirmou que hoje se aloca para a coordenação. Temos contratos que envolvem serviços terceirizados. O pessoal terceirizado nos critérios entra no número de setorial. O Prof. Segalin criticou a tentativa de matematizar algo que não seria possível, pois estas questões não são lineares, não é equilibrado. Relembrou que as FGs que estavam nos Departamentos eram das coordenações de curso e agora estão disponíveis por causa das FCCs. Afirmou que os critérios não atenderiam a realidade e entre os critérios destacou que acha questionável a “complexidade operacional”, pois não apenas o coordenador,

mas todos os servidores têm capacitação muitas vezes para usar aquele sistema, citando o exemplo do setor Compras. Argumentou que existem atribuições que são inerentes ao cargo para o qual foi contratado. Refletiu que esta é uma técnica usada pela Reitoria, de tirar de onde estaria “sobrando” (e salientou que este verbo seria marcado por aspas) para os novos lugares. Exemplifica com a coordenação de infraestrutura que, em alguns casos, tem FG4 e que possui um certo peso. Disse que achava estranho tirar de um Departamento para depois essa FG voltar, pois em verdade acaba não voltando e aí é uma novela, e quem irá querer pegar a bomba? Seriam poucos os abnegados que iriam querer. Deveria ser avaliada atividade em relação à atividade-fim da escola e o número de ambientes que são coordenados pelas pessoas. Na Coordenação de Infraestrutura, por exemplo, são feitos muitas vezes levantamentos de demanda de materiais, orçamentos, Memorandos... Aloisio afirmou que todo o servidor pode ser requisitante. Prof Segalin explicitou que algumas coisas estariam sendo esquecidas e não estariam sendo contempladas na proposta e que achava complicado tirar FG de um lugar que já tinha para colocar em outro. Aloisio disse que entendia as colocações do prof. Segalin, mas que era necessário ter uma visão macro desta realidade, pensando nas condições de áreas estratégicas e citou o exemplo da área da Engenharia, que atende toda a instituição, cuja responsabilidade técnica é altíssima, pois o engenheiro está assinando com a Reitoria. Há, inclusive, processos de sindicância contra alguns engenheiros. Relembrou que passam quase dois milhões de reais por estes setores. Se esta situação não for considerada e não for atendida, esse setor pode se desmotivar, mas concorda que a carga operacional do Coordenador de Infraestrutura, que é uma atividade-meio, também é grande. Lembrou também o exemplo do pregoeiro, que toma decisões em uma negociação, têm instituições em que esta função recebe até CD. Na Reitoria, vemos que funções que não são consideradas tão estratégicas e recebem CD. É necessário observar o Estatuto Geral, o Regimento Geral e o nosso próprio Regimento e corrigir o que estiver errado. Lembrou ainda que um Departamento do Câmpus Florianópolis é muitas vezes maior que muitas escolas, e é muito complexo, pois aqui existem cursos que vão de Mestrado até FIC, além de outros programas, e a estrutura operacional é muito grande, mas “o cobertor é curto”. Aloisio ressaltou que sempre defendeu a existência de Coordenação de Infraestrutura e salientou que os Departamentos que mais sobressaem são aqueles que possuem uma boa Coordenação de Infraestrutura. Luiz Antônio lembrou que existe o organograma e perguntou se a proposta dos critérios não inverte as disposições, perguntou onde estaria, por exemplo, a engenharia no organograma. Aloisio afirmou que os critérios apontariam uma questão setorial, então seria do organograma, seria uma questão técnica. Gariba lembrou que não haveria uma representação de A, B ou C, mas sim da comunidade do Câmpus Florianópolis. A elaboração de critérios torna a discussão mais rica, mas se estes critérios propostos não estão ideais, vamos incluir outros. Não podemos ser futuristas, pois estas questões são muito dinâmicas. Câmpus antigos, como Florianópolis, Jaraguá, São José e Joinville ainda têm FG4 quando o ideal é FG 1 e 2. É necessário estabelecer critérios os mais justos possíveis. Luiz Antônio expôs que o próprio organograma seria um critério inicial. Gariba levantou as sugestões referidas pelo Prof. Segalin, que seria avaliar os setores atendidos e a atividade-fim, além de retirar o critério “complexidade operacional”. Segalin afirmou que, em relação à argumentação que envolvia o trabalho do pregoeiro, ele discordava, pois o indivíduo escolhe ser pregoeiro e as responsabilidades são inerentes à atividade. Gariba afirmou que esta linha de discussão não seria profícua, pois cada um tem atribuições que são importantes para o funcionamento da estrutura. Luiz questionou se

o que deveria ser discutido seriam os critérios ou a metodologia, e Gariba respondeu que primeiro deveriam decidir os critérios e depois a metodologia. Lembrou também que no ano que vem será discutido o Regimento Interno, o Regimento do IFSC e que esta questão das FGs também serão debatidas. Então, é importante que seja tomada uma decisão para que não ocorra que não fiquemos sem esses nem com outros. Caroline questionou se o debate do Colegiado estava sendo sobre as FGs daqueles que já têm ou só as novas? Aloisio explicou que a discussão é referente às FGs que estão à margem. Prof. Segalin explicou que os coordenadores de curso possuíam FG, curso superior FG2 e têm uns que nem recebiam. Coordenador de Mestrado recebia FG1, e não podemos esquecer que uma FG1 vai para o Registro Geral, e as FGs destes coordenadores ficaram retidas, pois agora eles vão receber FCC, que é algo novo, criado pelo governo. E agora será discutido para onde vão essas FGs retidas. Aloisio afirmou que as FGs estão congeladas em virtude de uma ordem da Reitoria e alguns câmpus já vieram para cima, perguntando como ficariam as FGs de Florianópolis. Foi então explicado que essas FGs são vinculadas a um Regimento, que existem estruturas organizacionais, pois o Câmpus está, inclusive, pendente de funções. Gariba afirmou que ficou decidido que “cada câmpus vai definir para onde vai a FG, nos câmpus mais novos é mais fácil, em termos. É importante salientar que ninguém está excluindo ninguém, qualquer função poderá receber FG, o que queremos é definir critérios para decidir esta questão. Todos deverão passar por esta análise. Hoje temos Departamentos que abriram mão de FG para Coordenação de Infraestrutura (atualmente acreditava que teria apenas na Mecânica e na Eletrotécnica), esta é uma chance de voltar”. O servidor Luiz Antônio questionou o termo “complexidade operacional”, perguntando se seria o peso de lidar com determinados dados, nesse caso não seria a complexidade técnica do sistema, mas de seu uso, então sugeriu que seja alterado o termo “complexidade operacional”. Têm setores onde todo mundo tem a senha do sistema. Prof. Segalin disse que isso não deveria ser critério, pois é a função da pessoa. Aloisio salientou que não é a função da pessoa que deveria ser analisada e, sim, o setorial. Caroline lembrou que um engenheiro irá assinar laudo em qualquer local em que trabalhe. Prof. Segalin afirmou que a responsabilidade do servidor por alguma coisa é parte do processo, qualquer um tem que assinar Memorando e acaba sendo responsável por aquilo que assinou. Aloisio afirmou que é necessário que todos pensem como gestores, o que é mais importante, mais estratégico e precisamos esquecer “as pessoas”. Gariba lembrou que é necessário avaliar se os dados do setorial são importantes para a instituição. Refletiu que não houve consenso entre os membros do Colegiado e que deveria ser colocada em votação a retirada do critério “complexidade operacional”, conforme sugestão do Professor Segalin. A proposta foi negada (o único votante a favor foi o Prof. Segalin) com duas abstenções e quatro votos contra. Passou-se à votação da proposta de Luiz Antônio, de alteração de redação do critério, a qual foi aprovada. Assim, foi decidido que o critério seja mantido, mas com alteração na sua redação, enfatizando a avaliação do “uso”, da “atuação”. Gariba propôs que se pusesse em discussão as propostas de inclusão de critérios levantadas pelo Prof. Segalin, como a análise da atividade-fim do setor. Aloisio afirmou que a atividade-fim é sempre a educação e que a atividade-meio é a administração. Gariba perguntou se todos estavam esclarecidos sobre o que significava a proposta e se todos compreendiam em que estavam votando, e todos assentiram. Foi colocada em votação e novamente a proposta foi derrotada, sendo que apenas o Prof. Segalin votou a seu favor. Gariba expôs o próximo ponto de votação: a inclusão de um critério que avaliasse o número de setores atendidos pela coordenadoria. Caroline não compreendeu e Prof. Segalin foi

convidado a esclarecer. Então o prof. explicou que seria avaliada a estrutura física pela qual o setor é responsável, o número de laboratórios, por exemplo, o que é atendido diretamente pelo setor. Aloisio expôs então que, neste caso, a engenharia se sobressairia, pois atende a tudo. Prof. Segalin lembrou que as coordenações de infraestrutura dão apoio a vários laboratórios e é mais fácil brigar na Reitoria para conseguir uma FG para a Engenharia do que para Coordenação de Infraestrutura, pois é uma questão política, os argumentos para conseguir uma FG para a Engenharia são mais fortes. Pinho questionou se o que se propõe seria uma ponderação sobre o atendimento do setor à comunidade interna de forma escalonada. Aloisio lembrou que a Coordenação de Infraestrutura atende todo o Departamento, não vê diferenças. Gariba refletiu se estava sendo levantada a possibilidade de se colocar peso nestas funções. Pinho perguntou se isso não poderia acarretar problemas, pois as funções são as mesmas. Aloisio lembrou que estamos trabalhando com estruturas hierárquicas. Coordenação de Infraestrutura tem que ter o mesmo peso que as outras. Prof. Segalin disse que vai ser colocada a proposta inicial, retirando sua sugestão de inclusão de critérios, mas avisou que isso vai criar problemas, pois já não tem Coordenação de Infraestrutura e ninguém está brigando por isso, é o Chefe de Departamento que não tem muitas vezes condições de brigar por isso. É a Reitoria que adota essas práticas. Gariba afirmou que é necessário fazer isso, com o tempo é possível avaliar e se não for o correto, então se volta atrás. O fato é que alguém não vai ficar satisfeito, não tem como atender a todos, mas ninguém está querendo colocar “goela abaixo” nem brincar com o tempo de ninguém, nem com a responsabilidade de quem está representando uma categoria. Aloisio questionou o que seria mais fácil gerir: a Coordenação de Engenharia ou a Coordenação de Infraestrutura? É aquela que é mais estratégica. Tem 3 (três) ou 4 (quatro) engenheiros trabalhando 12h (doze) horas e não recebem nada e resolvem “ir levando”. Aloisio reafirmou que, apesar de respeitar a opinião do Prof. Segalin, precisa analisar o direcionamento estratégico da administração. Prof. Segalin refutou esta explanação argumentando que, se pensarmos desta forma, ele também poderia cruzar os braços e abandonar a Coordenação de Infraestrutura. Prof. Gariba ressaltou que a discussão não deveria seguir este sentido e que estas propostas não foram jogadas aleatoriamente, mas estudadas antes de serem apresentadas. Luiz Antônio relembrou que antes sequer havia critérios, as coisas eram impostas por direções anteriores. Prof. Segalin lembrou a existência de coordenadores de cursos que não possuíam FG, e ninguém queria assumir. Gariba salientou que o número de FGs é limitada e que não há como atender o organograma, mas pelo menos terão critérios para se basear. Não é possível discutir se um setor é melhor que o outro. Prof. Segalin reforçou que ninguém estava afirmando isso, mas, na verdade, o contrário, provavelmente será tirado da Coordenação de Infraestrutura por causa da pontuação. Gariba afirmou que alguns Departamentos tiraram as FGs à revelia e no Regimento não achamos onde isso se encontra, e isso não pode acontecer, a vontade de uma pessoa não pode sobressair ao desejo da maioria. Assim, após as votações e a retirada da última proposta do Prof. Segalin, ficou decidido que o termo “complexidade operacional” seria retirado, mas o critério mantido, com o enfoque na atuação no uso. Os critérios foram aprovados. Passou-se à discussão sobre a constituição de uma comissão com três nomes para avaliar as FGs. Gariba proporcionou um tempo para que os candidatos se manifestassem. Lembrou que era necessário que as informações fossem sempre analisadas, pois existem Departamentos que são referência na questão estrutural e que as FGs poderiam contemplar os coordenadores. Explicou que iriam montar uma dinâmica para avaliar. A metodologia seria definida para então as propostas serem apresentadas. Aloisio

sugeriu que entre os integrantes da comissão constasse alguém da CGP. Gariba sugeriu que os outros membros fossem do Colegiado do Câmpus. Assim, estabeleceu-se o nome de Aloisio, alguém da CGP e o Professor José Roque, que não estava presente, mas seria convidado. Caso ele não aceitasse, o Prof. Segalin comprometeu-se em suprir esta vaga. Em relação à metodologia, Luiz Antônio sugeriu uma audiência pública, porém Gariba lembrou a necessidade de observação do Regimento. Segalin afirmou que a defesa da necessidade de FG deve se basear no Regimento, no organograma atual e ver todas as demandas de FG que existem agora. Aloisio explicou que as coordenadorias deveriam se manifestar e a comissão analisaria aquilo que está pendente. Gariba referiu a necessidade de avaliar todas as coordenadorias e lembrou a necessidade de oferecer um espaço de tempo para a solicitação de recursos e questionamentos da decisão da comissão.

Ponto 2 – Reestruturação do PPC – Especialização em Desenvolvimento de Produtos Eletrônicos

O Prof. André Luís Dalcastagné, coordenador responsável pelo Curso de Especialização em Desenvolvimento de Produtos Eletrônicos, destacou que a pauta não estava adequada, pois não seria uma “reestruturação” do PPC, mas sim o que estava sendo colocado ao Colegiado é a aprovação de uma nova oferta de curso, se fosse uma reestruturação, a proposta teria que passar pelo CEPE. Lembrou que não é um curso regular e que a oferta deve ser decidida em reunião, com base na realidade da escola, do Departamento e da demanda. Foram realizadas pequenas alterações no PPC, mas estas foram feitas diretamente no Colegiado do Departamento. Três professores foram trocados em virtude do concurso, de áreas, como Sistemas de Comunicações e Ciências da Computação, explicou que também existem professores afastados para capacitação e a oferta que, nas primeiras edições era de 20 (vinte) vagas, depois, devido à evasão, passou a 30 (trinta) vagas, agora serão 25 (vinte e cinco). Foi avaliado que 30 (trinta) vagas é um número muito alto, por causa dos laboratórios. Foram atendidas as recomendações da Coordenadoria Pedagógica, mas as observações estavam todas relacionadas a questões menores, como problemas de redação e texto. A Especialização tem 380h (trezentos e oitenta horas), com 2 (dois) semestres de Unidades Curriculares (UC) e, no terceiro semestre, é necessário realizar uma Monografia ou um protótipo funcional. É um curso que ocorre no período noturno e possui UC de 20h (vinte horas) ou 40h (quarenta horas). O Prof. Gariba perguntou se havia alguma dúvida e Luiz Antônio questionou se o curso seria extinto num futuro próximo. O Prof. André explicou que, com a proposta de ofertar um Mestrado na área de programação da rede na área de eletrônica em 2015, não haveria a oferta desta Especialização no referido ano, mas como é de oferta irregular, ele não será extinto, apenas não será ofertado. A oferta do curso de Especialização foi aprovada pelo Colegiado.

Ponto 3 – Instrução Normativa/Resolução do Plágio

Luiz Antônio passou a apresentar o documento, o qual foi entregue a todos os integrantes do Colegiado acompanhada de uma folha na qual estava descrito um exemplo de software relacionado à detecção de plágio, e realizou uma leitura da proposta de Resolução. Gariba lembrou

que não existe atualmente nada que contemple este tópico. Luiz Antônio sugeriu que, na primeira página, no trecho “Resolve: constituir a presente Resolução com o intuito de divulgar para docentes...” seja acrescentado “estabelecer”, ou seja, “divulgar e estabelecer para docentes...” No item “Do Compromisso do IFSC com a ética e o respeito à autoria e de suas responsabilidades”, Luiz Antônio sugeriu que ali fosse citado o Código de Ética dos servidores. Em relação ao Termo de Ciência, a servidora Caroline ressaltou que é importante e necessário confirmar que a pessoa tenha recebido, pensar em alguma estratégia, inclusive telefonar para a pessoa confirmando o recebimento. Em relação ao item “Das penalidades”, foi observado que houve um problema na redação e o trecho “os casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral do Câmpus” ficou escrita com uma letra de tamanho menor, sendo necessário corrigir este aspecto. O Prof. Segalin refletiu que todos os casos de plágio deveriam ser advertidos por escrito e se for em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deveria ser registrado. No segundo parágrafo deste item, onde lê-se “deverá atribuir o conceito Insuficiente para a atividade que contenha plágio e permitir que seja feita uma recuperação...” o Prof. Segalin sugeriu que seja incluído o verbo “poderá”, estabelecendo a seguinte redação “poderá permitir que seja feita uma recuperação...” pois acredita que esta decisão deve estar a critério do professor. Luiz Antônio lembrou que, no caso dos alunos de Ensino Médio, uma excessiva rigidez poderá trazer prejuízos. Em relação ao “Anexo I Termo de Compromisso de Originalidade” no segundo parágrafo, onde inicia a declaração do aluno, Luiz Antônio apontou que o termo “devidos fins” na quarta linha não é mais usual. Na letra “d” do anexo, deveria ser apenas “referências”, sem o termo “bibliográficas” segundo Luiz Antônio. Prof. Cláudio questionou se o Termo de Compromisso não seria algo inócuo, pois já se deveria pressupor a originalidade. O Prof. Segalin afirmou que a leitura da redação possibilita a compreensão de que o orientador estaria querendo se livrar das responsabilidades. Explicitou a experiência que teve ao detectar, em duas ocasiões, casos de plágio, sendo uma delas de Banca de Mestrado, e sua postura foi a de avisar ao Orientador e, em uma das situações, o trabalho chegou a ir para a Banca, o que ele acredita ser muito complicado. Prof. Cláudio afirmou que deveria haver critérios para ir à defesa. Prof. Segalin salientou que existem plágios que o Orientador não consegue encontrar e que, na experiência que ele vivenciou, decidiu anexar documentos comprobatórios. Prof. Cláudio perguntou quem fará a divulgação e Gariba respondeu que é o Câmpus que deve fazer, todos nós. O Prof. Segalin referiu que na ODP fala sobre alunos que usam de meios ilícitos, mas é muito nebuloso. Prof. Cláudio perguntou se a instituição dará algum recurso aos professores para a identificação de plágio e Gariba disse que a ideia é comprar um software que realize esta identificação. Prof. Pinho concordou que é difícil identificar muitos casos de plágio, em especial aqueles em que há uma “venda” ou disponibilização de um trabalho pelo autor original. Prof. Segalin disse que muitos casos são encontrados na internet, em sites especializados, como o “Zé Moleza”. A servidora Caroline questionou na última linha da letra “d” do Anexo I, o uso do termo “fraude” no trecho “a inobservância destas regras poderia acarretar alegação de fraude”, sugerindo que ficaria mais claro se, em vez deste termo, fosse usado “plágio”. A Resolução foi aprovada com as correções citadas.

Ponto 4 – Remoção de Servidor

O Prof. Gariba leu o Requerimento da Servidora Karin Beck para a realização de Remoção Interna: da Coordenadoria de Materiais e Patrimônio para a Direção Geral, deslocamento com o qual todos os setores envolvidos estavam de acordo. Gariba afirmou que, apesar da servidora

estar afastada para licença capacitação, ela já estava informada da situação. Prof. Cláudio perguntou se é possível um servidor em licença capacitação solicitar remoção e Gariba disse que o pedido se deu antes do afastamento. Prof. Cláudio perguntou se existem servidores em número suficiente para atender o setor do qual a servidora está saindo e Gariba explicou que estrategicamente o deslocamento era a melhor opção. Assim, o ponto de pauta foi aprovado.

Ponto 5 – Edital de Participação de discentes em eventos

Prof. Gariba contextualizou esta questão, afirmando que a Direção Geral tem recebido um maior número de solicitação de discentes para participar em eventos, sendo estas as mais variadas, às vezes é um Congresso, às vezes é a defesa de um trabalho, portanto é necessário a criação de critérios, ter uma comissão de edital permanente. Os discentes não recebem diária e, sim, ajuda de custo, para cobrir a passagem, no intuito de apresentar trabalhos científicos. Esses alunos têm orientador e seria importante ter alguma regra. Prof. Pinho afirmou que ele, junto com a Prof.^a Cláudia e a Coordenação de Edital existente para docentes, realizaram uma proposta de apoio quadrimestral e, a partir desta explicação, leu o documento. Explicou que não haverá distinção entre alunos da modalidade EaD e presencial. Também afirmou que um formulário eletrônico será constituído. Os valores apresentados no documento, os quais estão destacados em amarelo, foram baseados nos valores do Edital da Reitoria, sendo necessário analisar com Aloisio a fim de verificar o recurso que será alocado no ano que vem. Aquele valor que sobrar será realocado, sendo remanejado para os próximos quadrimestres. Prof. Cláudio questionou se o item dos prazos é igual ao dos docentes e o Prof. Pinho confirmou. O Prof. Segalin questionou o item 2.8, em relação à comprovação de gastos pelo discente, perguntando como será feito isso, pois até para o professor às vezes é difícil de fazer, como vamos exigir de um aluno? Pinho respondeu que é uma proposta para moralizar esse processo, mas a ideia é que se comprove o hotel, a passagem, taxa de inscrição, se houver. Prof. Cláudio sugeriu que seja entregue uma declaração de presença no Congresso. Prof. Segalin questionou sobre o depósito de dinheiro na conta do discente, que, em sua experiência como estudante da UFSC, lhe era entregue a passagem, e perguntou: É possível juridicamente depositar o dinheiro na conta do aluno? Gariba explicou que já é feito assim, mas que talvez seja interessante especificar como era feita esta apresentação de gastos. Pinho sugeriu então que ele poderia pensar em um modelo de relatório de gastos. Luiz Antônio questionou se tudo será feito digitalmente e Pinho disse que sim, lembrando que, no caso de alunos de Ensino Médio, estes também podem viajar para apresentar trabalhos, mas têm que apresentar a declaração de consentimento dos pais e/ou responsáveis, pois um adolescente de 16 (dezesseis) anos já pode viajar com autorização do juizado de menores. Luiz Antônio observou que estava faltando o item 2.7 e Pinho referiu o que poderia ter ocorrido, que aquele ponto certamente tinha sido deletado e a numeração não tivesse sido corrigida. Prof. Cláudio questionou o item 3.7, perguntando por que um discente poderá ser contemplado com auxílio em apenas um evento no mesmo quadrimestre. Por que apenas um? E se sobrar recurso? Pinho explicou que a ideia é contemplar o maior número possível, que diferentes alunos tenham oportunidade e, se sobrar recurso, se aloca para o quadrimestre seguinte. Prof. Cláudio explicou que, a seu ver, seria uma contradição, pois a instituição seria a favor de incentivar o aluno e depois criaria esta limitação. Muitas vezes ocorrem vários eventos interessantes no mesmo quadrimestre. Gariba explicou que a ideia é que mais pessoas

possam acessar este benefício. Luiz Antônio concordou e perguntou se na existência de recursos sobrando, por que não aproveitar no momento em que tem? Prof. Pinho explicou que a ideia é que não vá sempre o mesmo discente. Prof. Cláudio afirmou que seriam casos raros. Prof. Pinho argumentou que esta é uma proposta inicial, para um primeiro Edital e que, após sua aplicação, ele pode ser reavaliado e reformulado, se identificada a necessidade. Prof. Pinho perguntou: E se forem dois ou três alunos a requererem mais de uma participação em evento, como ficaria este caso? Prof. Cláudio argumentou que já existiam os critérios, se a previsão é que dez alunos sejam beneficiados e, por exemplo, cinco se inscreveram e a pessoa pediu mais de um, poderia ficar em sexto aguardando uma segunda oportunidade, para que não sobrem recursos para cinco que não se inscreveram. Gariba identificou que não houve consenso e colocou a proposta do Prof. Cláudio, da possibilidade de um aluno ser contemplado com mais de um benefício de participação em evento nos casos em que houvesse recursos sobrando. Houve empate: três votos contra (Prof. Segalin, Prof. Pinho e Prof. Gabriel) e três votos favoráveis (Servidora Caroline, Luiz Antônio e Prof. Cláudio). Prof. Gariba precisou participar da votação e decidiu que este ponto deveria continuar conforme a proposta original, sendo sua primeira experiência reavaliada futuramente. Deste modo, o Edital foi aprovado com a ressalva de que o ponto referente à declaração de gastos deveria ser reformulado para proporcionar maior clareza.

Ponto 6 – Resposta da PROEN – Calendário Acadêmico 2014

O Prof. Gariba trouxe ao Colegiado a resposta da Pró-Reitoria de Ensino do IFSC em relação ao Memorando enviado pelo Câmpus, que foi redigido em prol da demanda do Colegiado referente às justificativas da PROEN sobre o Calendário Acadêmico 2014. Assim, o Prof. Gariba leu o Memorando enviado (Memorando nº247 DGCF/IFSC datado de 07 de novembro/2013 endereçado para a Pró-Reitora de Ensino Daniela Carrelas) e, após, leu a resposta (contida no Memorando nº 4232/2013/Reitoria datado de 12 de novembro de 2013 e endereçada à Direção Geral do Câmpus Florianópolis). Prof. Gariba comentou que a resposta demonstrou que não há impedimento legal para que o Calendário fosse diverso do que foi apresentado, pois anteriormente se havia apresentado argumentos citando exigências da CGU. O Prof. Segalin questionou o conceito de democracia referido pela PROEN. Afirmou que seria um absurdo que tal decisão fosse realizada no Colégio de Dirigentes, pois temos escolas que não possuem nem professores contratados e votam com o mesmo peso de uma escola com trezentos servidores. O receso, o ponto facultativo, em relação à questão dos jogos do Brasil, foi definido por quem? Pela instituição ou pela Presidência da República? Foi pela Presidência da República, então não teria que ser compensado, pois saiu como indicativo do Planalto. Gariba ressaltou que o Calendário 2014 não foi aprovado por unanimidade e, sim, por maioria, precisariam olhar a Ata desta reunião novamente. Outro detalhe destacado é que no final do ano letivo se encerra a atividade do professor. Ele entra em férias automaticamente e não se pensou nos casos em que foi pedido recurso. Temos Departamento com muito volume de trabalho, não vamos conseguir formar Bancas e assim vamos ter que esperar o início do semestre que vem. Ainda, por cima, têm os professores substitutos, cujos contratos acabam no final do ano. Prof. Segalin questionou se constava na Ata do CODIR a argumentação que nega a possibilidade de se atribuir atividade pedagógicas e acadêmicas nas datas citadas e Gariba se comprometeu em enviar a Ata para todos. Gariba concluiu que a resposta não foi satisfatória e, inclusive, continha um tom irônico. Prof. Cláudio questionou se o Câmpus não teria autonomia para este tipo de decisão. Gariba explicou

que não tem e que, inclusive, a Reitoria queria que no ano que vem fossem repostos três dias por causa das emendas de feriados, mas voltaram atrás. Este ponto foi o retorno referente à demanda apresentada na última reunião.

Ponto 7 – Obras e Reformas

O Professor Gariba apresentou este ponto, o qual estava disponível em documento pdf para que todos acompanhassem. Iniciou com as Obras planejadas para 2014, sendo a primeira o 2º pavimento do Bloco de Convivência, o qual seria importante para poder deslocar grande parte da administração para lá e permitir a ampliação do espaço físico para as aulas. O orçamento explicitado cria uma expectativa. Em relação ao anel viário, é necessário. Com a construção do Restaurante Universitário (RU) é importante que este anel vário contorne a escola até o portal do maciço. Isto consta no Plano Diretor. É necessário fazer o projeto do Bloco Central e contratar uma empresa. Será realizado em cima do hall da antiga cantina. Este prédio tem que ter sustentabilidade, alojar biblioteca e salas de aula e um auditório para mais pessoas. Esse prédio pode ter mais de três andares, possivelmente cinco. É importante também construirmos um bicicletário/portaria e o Prof. Gabriel sugeriu que fosse um ambiente onde também se pudesse tomar banho. Seria ali na portaria, onde a gente tem que entrar com os ônibus, seria melhor se a entrada e a saída fossem em um mesmo espaço. O Portal do Maciço teria contrapartida da Reitoria e o projeto ainda está na Prefeitura. Citou a realização da urbanização da Ala Norte e Bloco Central com passarela para o RU e também a subestação ginásios. Prof. Segalin explicou a necessidade de implementar uma subestação lá, pois haveria uma rede oscilante, o que seria um transtorno, muitas vezes queima. Por fim, o Bloco do DACC, que seria o prédio da Construção Civil. Em relação às reformas, estas seriam as obras para regularização do preventivo no Bloco Central, pois há a necessidade de regularização preventiva da parte de trás, os bombeiros não aprovaram, querem a construção de duas escadas externas, mas temos projetos alternativos para discutir com os bombeiros, seria uma completa descaracterização daquele espaço, então vamos tentar negociar. Prof. Cláudio sugeriu a construção de passarelas de ligação com o outro prédio, aí não precisaria de escadas. Gariba leu o segundo ponto (Ginásio I) e o terceiro que seria referente à DGMAF e COPED, explicando que, se sair o 3º pavimento sobre o hall da antiga cantina, a DGMAF irá para outra sala, e seria possível ampliar as salas da CTIC e da CGP. Em relação ao esgoto, Gariba explicou que a Casan já notificou o Câmpus, existe uma série de ligações antigas e clandestinas que foram identificadas pelas varreduras realizadas tanto pela Casan quanto pelo Curso de Saneamento. A ideia é que muitos espaços sejam modificados, o DASS negociou o espaço da Mecatrônica, no DAE temos laboratórios com infiltração. Há a proposta de se constituir uma sala única para os servidores, manter a sala do DACC, DAMM, DAE e realizar um ambiente de integração para todos, onde possam servir café, ter lanche, no local onde atualmente está o pessoal de Enfermagem. Outro problema é o telhado do Almoxarifado, pois têm infiltrações e acaba molhando e danificando aparelhos e documentos. Em relação às motos, se propôs realizar uma cobertura e um espaço para trocar de roupa. Está bem complicado para 2014, pois temos que ver obras, ponto de esgoto, fazer adaptações da rede elétrica, questões referentes à água também. Parece que o “disco não muda”, o Bloco Central era para ser destinado apenas para salas de aula e teve que ser readequado para os laboratórios. Temos que fazer ainda obras de climatização. Prof. Segalin lembrou que a rede elétrica do bloco ainda não está colocada e é necessário observar urgentemente as oficinas. Gariba disse

que estavam esperando pelo projeto. Prof. Segalin ainda lembrou que, em relação ao arquivo morto, o caso é bastante complicado, pois está chovendo lâminas de água sobre ele. Prof. Gariba ficou surpreso por ainda ocorrer isso, pois já era para estar resolvida esta questão e disse que cobraria da engenharia. O Prof. Segalin disse não ter certeza se o problema já não teria sido sanado e Gariba disse que irá conferir. Explicou que, além do projeto técnico, Evaldo estaria fazendo um parecer. Ocorreu um acidente feio na 2ª feira, a Prof.^a Valéria se queimou com um bico de Bunsen, não tinha chave de gás. Temos que investir em segurança, na saúde e qualidade de vida do servidor. Uma comissão interna fará um levantamento de setores para identificar as necessidades. A pauta foi aprovada. Prof. Gariba agradeceu a presença e a contribuição dada por todos os membros do Colegiado e encerrou a reunião.